

sem texto na margem superior desta página; início da ata a partir desta linha.

ATA DA 60ª. ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL GRANDE ABC – 02 de março de 2015

Aos nove dias do mês de março do ano de 2015, na sede do Consórcio Intermunicipal Grande ABC, situada à Av. Ramiro Colleoni, 05, Santo André (SP), às 9h, realizou-se a Sexagésima Assembleia Geral Ordinária, sob a presidência do Excelentíssimo Senhor Prefeito do Município de Rio Grande da Serra, LUIS GABRIEL FERNANDES DA SILVEIRA e com as presenças dos Excelentíssimos Senhores Prefeitos dos Municípios de Santo André, CARLOS ALBERTO GRANA; de São Bernardo do Campo, LUIZ MARINHO; de São Caetano do Sul, PAULO NUNES PINHEIRO; de Diadema, LAURO MICHELS SOBRINHO; de Mauá, DONISETTE BRAGA; de Ribeirão Pires, SAULO MARIZ BENEVIDES. Presentes também o Secretário Executivo, Luis Paulo Bresciani, e os assessores regionais de São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra. Ausentes os assessores regionais de Santo André e Diadema.

INÍCIO – O Presidente iniciou os trabalhos cumprimentando e agradecendo a presença de todos. Em seguida, deu início à pauta. O primeiro ponto da pauta trata sobre a CRISE HÍDRICA. Com a palavra, o Secretário de Gestão Ambiental de São Bernardo do Campo e coordenador do Grupo de Trabalho Meio Ambiente do Consórcio, João Ricardo Guimarães Caetano, indicado pelo colegiado de prefeitos para representar a entidade regional nas reuniões do Comitê de Crise Hídrica criado pelo governo do Estado, apresenta um balanço dos encontros desse fórum. Além da questão da Billings, o Consórcio cobra do Comitê um plano de contingência por parte da Sabesp. A reunião que o governo estadual convocou sobre a crise hídrica contou com a presença do Secretário Estadual de Recursos Hídricos e do Governador Geraldo Alckmin. A reunião basicamente consistiu em discurso do Secretário de Recursos Hídricos, que anunciou obras que já haviam sido divulgadas pela imprensa, sem nenhuma alteração. Após isso, os prefeitos insistiram na necessidade da Sabesp e do governo estadual prepararem um plano de emergência para as prefeituras, principalmente para um eventual rodízio. Relata que o Secretário Estadual de Recursos Hídricos resistiu em admitir essa hipótese e que em determinado momento insinuou que os prefeitos criaram um alarme desnecessário com relação ao rodízio, quando na verdade quem anunciou a possibilidade do rodízio foi o próprio diretor da Sabesp, e portanto precisamos estar minimamente preparados. Algumas entidades da sociedade civil apoiaram a elaboração do plano de emergência. Na sequência, o governador reapresentou todas as obras já divulgadas e se comprometeu a apresentar o plano de emergência em um mês. No pacote de obras algumas dizem respeito ao Grande ABC. O primeiro seria a reversão do Braço Taquacetuba, quando foi anunciada a retirada de mais 1 m³/s para a Guarapiranga. No Braço Rio Grande vai retirar 4 m³/s e mandar para os reservatórios Guarapiranga e Tiete. E existem mais duas obras de reversão do Alto Tiete que não precisam de captação, será feita aproveitando o linhão da Petrobras, instalando dutos para reverter o fluxo com mais facilidade. A outra obra é prevista para o final do ano, com a captação do Braço do Rio Pequeno, que não produz água potável e está localizada em Santo André. A partir dele será construído um duto ligando os dois reservatórios para adicionar ao Rio Grande mais 2 m³/s. As preocupações atuais são a extração de 16 m³/s dos reservatórios, com a necessidade de se reverter 1 m³/s do Rio Pinheiros para completar a vazão do reservatório; também existe a questão de qualidade da água e do lodo da represa. Até o momento não há nenhuma reunião do

comitê de crise anunciada e o plano de emergência não foi entregue. Paralelamente, houve contato com o presidente da Agência Nacional de Águas, Sr. Vicente Andreu, e o convidamos para vir ao Consórcio traçar o panorama geral da crise em São Paulo e na região Sudeste, visando discutir as soluções de curto, médio e longo prazo para enfrentá-la. Sua visita está pré-agendada para o dia próximo dia 06 de março. O Presidente Gabriel Maranhão afirma que nossa maior preocupação é saber se vai haver ou não rodízio, em razão de serviços que não podem sofrer desabastecimento, como saúde, educação, comércio, entre outros. Outra questão diz respeito à solução que será adotada para manter a cota da Represa Billings. O Secretário João Ricardo informa também sobre o evento de comemoração aos 90 anos da Represa Billings; o Consórcio realizará seminário a fim de discutirmos o tema e produzirmos uma carta da região em defesa do reservatório. O evento será no dia 26 de março no campus da UFABC em São Bernardo do Campo, com a participação dos 7 municípios.

O Secretário Executivo passa ao segundo ponto, versando sobre a AGENCIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO DO GRANDE ABC, com a prestação de contas sobre 2014, lembrando que para além do custeio da entidade o Consórcio iniciou convenio para a execução do programa de desenvolvimento econômico aprovado no PPA Regional. Presentes o Vice Presidente da Agencia, Prof. Joaquim Celso Freire e o Secretário Executivo da Agencia, Sr. Giovanni Rocco, além dos secretários municipais de desenvolvimento econômico, incluindo-se a Vice Prefeita de Santo André, Sra. Oswana Fameli. Com a palavra, o Prof. Joaquim Celso Freire inicia saudando e agradecendo a todos. Fala que ao assumir a Agência desde 2013, junto com o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, Rafael Marques, tomaram pé da situação e partiram para a elaboração do planejamento estratégico. No decorrer desses dois anos, uma série de ações foi desenvolvida no sentido de fortalecer as empresas da região, especialmente micro e pequenos negócios, qualificar trabalhadores, incentivar a inovação com o apoio das universidades, captar recursos e estruturar a Agência mantendo o apoio aos empreendedores. Em sequência, passa a palavra a Giovanni Rocco, que inicia falando sobre o convênio firmado com o Consórcio para execução do item 7 do PPA Regional, relacionado ao desenvolvimento econômico e turismo. Na questão da represa Billings, uma das entregas foi a realização de um estudo sobre esportes náuticos na represa, além de projetos como o inventário tecnológico, já entregue a todos os secretários e que irá fazer com que tenhamos conhecimento de toda oferta e demanda por tecnologia na nossa região. Além disso foi realizado um evento sobre turismo industrial, com atores externos e do Grande ABC. Construímos o site do Turismo ABC e próxima etapa é o guia sobre o Turismo do ABC e seus potenciais turísticos. Outra entrega em parceria, foi o estudo sobre o impacto da linha 18 bronze do Metro no comércio do ABC, considerando que precisamos estar preparados para essa chegada e alguns números indicam as ações que precisam ser tomadas de imediato para que o impacto não seja negativo. A próxima etapa é a contratação de um estudo para identificar o potencial competitivo da região como polo industrial voltado à cadeia industrial de Defesa, que será realizado até o final de 2015, por meio dessa parceria entre o Consórcio e a Agência. O fato de a região ser berço da indústria automobilística permite um imenso intercâmbio de tecnologias, já que vivemos um importante momento de tomada de decisões frente às oportunidades que chegam à nossa região com a Indústria da Defesa. Essa indústria agrega muita tecnologia e devemos nos preparar não apenas para sermos

fornecedores, mas também para os transbordamentos dessa tecnologia para outras cadeias produtivas da região. O prof. Joaquim Celso Freire observa que a questão sobre esse conjunto de informações é uma grande oportunidade de alavancar e reestruturar a região. O Presidente destaca que nenhuma outra região está fazendo estudo semelhante, e nosso desejo agora é aprofundar o estudo para implantar a Indústria da Defesa no ABC; hoje a Cadeia de Defesa tem sua imagem associada à região de São José dos Campos, mas o projeto visa apontar elementos palpáveis para fazer com que parte deste polo fique nas sete cidades e assim trazer para a região não apenas uma indústria de montagem, mas tecnologia para desenvolver projetos e produzir aqui, lembrando a escolha dos caças supersônicos Gripen, da empresa Saab, para equipar a Força Aérea Brasileira (FAB). O Secretário Executivo ressalta que essa proposta já foi aprovada na assembleia de Janeiro junto com as prioridades para 2015/16 e está prevista no orçamento do Consórcio. Com relação aos estudos e ao material entregue, a idéia é que o GT Desenvolvimento Economico possa avaliar os dados e a qualidade do trabalho. Deliberação: os prefeitos aprovaram a continuidade para a contratação da segunda etapa do projeto, visando aprofundar os diagnósticos e recomendações para a inserção da cadeia produtiva de Defesa na região.

Nesse momento, o Prefeito Saulo Benevides pede uma discussão sobre o transporte no Parque Andreense, extra pauta. Informa que os moradores da região solicitam a avaliação do valor da passagem intermunicipal e uma audiência com os prefeitos diretamente envolvidos nessa discussão. Vai além considerando que o trecho onde está hoje a Solvay deva passar para Rio Grande da Serra, assim como o Parque Andreense para Ribeirão Pires, e solicita uma conversa entre os municípios para debater essa questão. O Presidente Gabriel Maranhão destaca que temos um caminho jurídico, que é o plebiscito, e o Prefeito Saulo responde que a população vem disposta a fazer esse plebiscito. O Prefeito Luiz Marinho acha prudente que se realize uma discussão mais profunda sobre o transporte intermunicipal no ABC, e a necessidade de mudar essas regras. É preciso um estudo complementar sobre os itinerários, e não cabe à EMTU definir algo que compete às prefeituras, devendo o GT Mobilidade discutir esse assunto e trazer uma proposta visando uma governança regional do transporte coletivo. O Secretário Executivo lembra que o referido estudo está previsto no PPA Regional e teremos uma reunião essa semana para o GT formatar os próximos passos. Deliberação: definiu-se agendar uma reunião entre as três prefeituras envolvidas com o transporte no Parque Andreense para posteriormente dialogar com os demais agentes correlatos.

Na sequência inicia-se o ponto sobre o PROGRAMA CASA ABRIGO, com a apresentação do Relatório de Atividades 2013/14 e o anúncio de premiação com a Medalha Ruth Cardoso. O Secretário Executivo inicia informando que o programa Casa Abrigo Regional é realizado pelo Consórcio desde 2003 e que hoje recebemos a visita da Sra. Cida Prado, do Conselho Estadual da Condição Feminina, para anunciar a premiação do Consórcio com a Medalha Ruth Cardoso, e realizaremos também uma breve apresentação sobre as atividades do programa Casa Abrigo no último biênio. Com a palavra, o Diretor de Programas e Projetos, Sr. Hamilton Lacerda, agradece a presença do Conselho Gestor e das integrantes do GT Gênero, em nome respectivamente de Maria Aparecida da Silva (São Caetano do Sul) e Cristina Pechtoll (Santo André). Inicia apresentando o programa, que foi instituído em 05 de dezembro de 2003 e possui duas unidades instaladas, sendo uma em Santo André e a outra em

Diadema. As duas casas juntas têm capacidade para abrigar até 40 pessoas e seu objetivo é garantir segurança e proteção a mulheres e seus filhos menores, em situação de violência doméstica e familiar, sob risco iminente de morte, intervindo no ciclo da violência e propiciando sua reestruturação biopsicossocial. A gestão do programa é feita através do Conselho Gestor, com representação dos 7 municípios. O recurso é composto pelo valor que os sete municípios repassam ao Consórcio para o Programa, no total anual de R\$ 1.320.000,000, para o custeio de todas as despesas do programa. O Conselho Gestor é composto por representantes dos sete municípios do Grande ABC e tem a função de acompanhar, monitorar e avaliar todas as ações do Programa, para garantir o êxito de sua dinâmica. A execução direta do programa é feita por uma instituição executora contratada pelo Consórcio através de licitação para administrar as casas. A entidade executora no momento é a organização Samaritanos São Francisco de Assis sendo responsável pela contratação de toda a equipe: supervisor geral das duas casas, assistente social, psicólogo, educador social, educadora noturna, cuidadora infantil, cozinheira, auxiliar de limpeza, auxiliar administrativo e motorista. O público alvo são as mulheres em situação de violência doméstica e familiar, e o abrigo é estendido aos filhos e filhas menores de 18 anos. As portas de entrada obrigatoriamente são os Centros de Referência de Atendimento Especializado à Mulher em Situação de Violência Doméstica e o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) de cada cidade consorciada. A permanência prevista é de até 180 dias, considerando as especificidades de cada caso. Com relação aos indicadores do programa, em 2013 foram atendidas 48 mulheres e 78 crianças/adolescentes. Em 2014 foram atendidas 80 mulheres e 123 crianças/adolescentes. A faixa etária das mulheres é de 18 a 50 anos. Além disso há uma classificação do tipo de violência sofrido e o encaminhamento realizado entre assistência social, assistência jurídica, saúde, psicoterapia e educação. A ideia é desabrigar com uma atividade econômica garantida para facilitar a recondução da mulher, na independência, na família ou no restabelecimento familiar junto ao parceiro ou cônjuge. Desde 2003 foram atendidas 1551 pessoas, sendo 575 mulheres e 976 crianças ou adolescentes. Os desafios presentes são a inserção das mulheres em programas do governo de trabalho e renda, habitação, saúde e educação; garantir que a segurança das casas seja compartilhada com os seis municípios que possuem GCM femininas; a implantação de uma Casa de Curta Permanência (Casa de Passagem). O programa teve premiações anteriores sendo reconhecido como modelo de ação regional, estudado por diferentes entes das diversas regiões do Brasil e por outros países, como Chile e África do Sul. Em 2011 foi um dos cinco ganhadores do III Prêmio Chopin Tavares de Lima no campo das Novas Práticas Municipais, através do Centro de Estudos e Pesquisas de Administração Municipal (CEPAM). Em 2015 o programa Casa Abrigo acaba de ser agraciado com a Medalha Ruth Cardoso do Conselho Estadual da Condição Feminina do Estado de São Paulo (Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania do Estado de São Paulo), cuja entrega ocorrerá em breve. Com a palavra, a Sra. Maria Aparecida da Silva (Prefeitura de São Caetano do Sul), presidenta do Conselho Gestor, cumprimenta a todos e complementa a fala do diretor Hamilton, informando que essa política social existe desde 2003 e os Prefeitos têm mantido esse programa de forma exemplar, com muita dedicação. Parabeniza todos os prefeitos e ao Consórcio pelo trabalho que vem sendo realizado, destacando que a Casa Abrigo é um programa que tem salvado vidas e temos uma tarefa muito grande em proteger

essas mulheres, agradecendo a todos pela colaboração. A Sra. Cristina Pechtoll (Prefeitura de Santo André), coordenadora do GT Gênero, nota que o grupo faz uma ação para além do programa Casa Abrigo, trabalhando especialmente com as políticas públicas para mulheres. Relata que na semana passada iniciou-se o curso denominado "gêneros e masculinidades", a fim de trabalhar com os servidores buscando desconstruir a figura do homem agressivo a fim de no futuro não existir mais a violência doméstica. O Prefeito Luiz Marinho sugere que seja alterado o termo "retorno ao agressor" das categorias de forma de saída das mulheres abrigadas ao fim do seu período na Casa, obtendo a concordância de todos. Com a palavra, a Sra. Cida Prado, representante do Conselho Estadual da Condição Feminina, cumprimenta a todos e parabeniza ao Consórcio pelo prêmio. Relata que fez parte do grupo que selecionou os premiados e que não foi difícil eleger a Casa Abrigo, pois apesar do grande número de indicações, o Consórcio mostra excelência no trabalho executado. Parabeniza a todos os prefeitos, gestores e coordenação, pelo exemplo e modelo de trabalho. Relata que a Medalha Ruth Cardoso foi instituída pelo Decreto nº 53.721, de 24 de novembro de 2008, alterado pelo Decreto nº 57.828, de 1º de março de 2012, com a finalidade de homenagear membros da sociedade, entidades ou empresas que atuem na área de gênero e cidadania. Afirma que o Conselho da Medalha, em reunião ordinária, após análise de sugestões recebidas pelas Conselheiras do CECF, decidiu laurear por unanimidade a Casa Abrigo, com a Medalha Ruth Cardoso, pelo trabalho que desenvolve com mulheres em situação de risco e violência doméstica. Sendo assim, convida ao Presidente Gabriel Maranhão e a todos para a cerimônia de entrega, que será realizada no dia 23 de março, a partir das 19h30 às 23h00, no Auditório Franco Montoro – Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo para que possam receber a justa homenagem do Conselho Estadual da Condição Feminina. O Prefeito Gabriel Maranhão agradece ao CECF pela premiação e a todos os responsáveis pelo trabalho da Casa Abrigo, e confirma a sua presença na cerimônia, passando ao ponto seguinte da pauta.

GT MOBILIDADE – Deliberação sobre as tarifas de táxi na região e retomada da Campanha Travessia Segura. A coordenadora do GT Mobilidade, Andreia Brisida, informa que temos duas pautas, a primeira é sobre a tarifa de taxi, que já discutimos no ano passado e a decisão foi reajustar somente esse ano. Esses são os valores atuais: bandeirada R\$ 4,00 (valor atual), R\$ 2,42 (quilometro 1), R\$ 2,91 (quilometro 2), R\$ 25,56 (hora parada). O último reajuste foi junho/2013 com data-base março/13. Ainda não temos o IPCA, por isso adotamos como estimativa o IPCA do período mar/2013 a janeiro/2015, cuja variação foi de 11,77%. A pactuação de data-base para reajuste foi definida como o mês de março. Considerando a média dos últimos seis meses, o IPCA de fevereiro poderá fechar em 0,63%, e o reajuste ficaria em torno de 12,4%. Com esse reajuste, os valores passariam para R\$4,50 (bandeirada), R\$2,72 (quilometro 1), R\$ 3,27 (quilometro 2), R\$ 28,72 (hora parada). São Paulo reajustou em janeiro/2015 passando a R\$4,50 (bandeirada), R\$2,75 (km 1), R\$3,30 km2 e R\$33,00 (hora parada). Andrea Brisida informa que o sindicato reivindica que o decreto seja publicado até o final de março, e solicitam que o valor não acumule e o ajuste seja anual, e que seja pactuada uma data para que todos publiquem o decreto de forma simultânea. O Secretário Executivo lembra que temos a questão da tarifa de divisa que é praticada pelos taxistas com percentual de até 50%, caso a corrida passe por mais de um município, e sugere que esse tema entre na negociação, se possível visando extinguir essa taxa

dada a conurbação regional. Deliberação: os prefeitos deliberam agendar uma reunião do GT Mobilidade com o presidente do Sindicato dos Taxistas para apresentar a proposta de reajuste dos valores para em R\$ 4,50 (bandeirada), R\$ 2,70 (km 1), R\$ 3,20 (km 2) e R\$ 29,00 (hora parada), com extinção da taxa de transferência entre municípios praticada atualmente.

O ultimo ponto da Assembleia se refere `a apresentação da retomada da campanha Travessia Segura, mediante proposta da agência Sotaque, contratada pelo Consórcio para elaborar a nova fase da campanha com maior visibilidade na mídia, e cujo início está previsto ainda para este semestre. O Sr. Oliveiros Marques inicia sua apresentação notando que a campanha prevê a conscientização de motoristas e pedestres para ações de segurança no trânsito das sete cidades e será retomada em abril com maior visibilidade, com a realização de ações simultâneas nos municípios do ABC. A nova etapa da campanha dará ênfase à mudança comportamental dos cidadãos da região. Para elaboração da campanha foi levada em consideração a campanha anterior do Consórcio e a implementação da experiência de Brasília, onde o gestual de estender o braço para atravessar na faixa de segurança começou a ser utilizado efetivamente desde os anos 1990. O gesto de o pedestre estender a mão para a travessia na faixa será reforçado, e também haverá ações educativas nas escolas e performances de rua nos principais cruzamentos das cidades, ocorrendo de forma simultânea. Está prevista, ainda, uma grande campanha de mídia para maior visibilidade e impacto às ações. Para definição do conceito, a estratégia e o layout, realizamos uma reunião com o GT Mobilidade para apresentação técnica do conteúdo e a partir disso foram feitas algumas observações do ponto de vista da campanha que foram levadas em consideração pela agencia. Além disso, foi realizada uma pesquisa com dois grupos de pessoas moradoras dos 7 municípios a fim de testar a eficácia e impacto da campanha, resultando em duas linhas de campanha para aprovação dos prefeitos, a linha inicial feita pela Agencia e uma linha a partir das observações do GT. Ambas atingem o objetivo final de mobilizar as pessoas com relação `a mudança comportamental. Foi criado também um selo da Campanha com a idéia de potencializar a visualização desse selo e como forma de lembrar a população sobre o uso do gesto com a mão. E criamos também, dois personagens, ambos com destaque na mão e nas cores amarelo e vermelho, para aprovação dos prefeitos. A campanha conta também com o material de divulgação preliminar já desenvolvido. Feita a apresentação, o Sr. Oliveiros Marques solicita aos Prefeitos que se encaminhem para a sala 1, onde estão os protótipos de material com o conceito dos dois personagens, denominados até o momento como "Romão" e "Super Mão", esse ultimo caracterizado basicamente como a figura de um super-herói. Antes da mudança de sala são transmitidos os informes, relatados no ponto seguinte da presente ata. Após a observação dos Prefeitos e uma breve discussão na sala onde foram instalados os materiais prévios da campanha, não se configurou consenso e foi solicitada a manifestação de preferencia de cada um, resultando em 4 votos para o segundo personagem, definido então como aquele a ser trabalhado no restante do material de campanha a partir dessa decisão.

INFORMES E AGENDA FUTURA

1. Convênios Banco do Povo Paulista – o coordenador do GT Trabalho e Renda, Sr. Nilson Tadashi, esclarece que a questão que envolve os convênios das prefeituras com o Banco do Povo está relacionada à mudança promovida pelo Governo do Estado

de São Paulo, a partir de 2013, sem consultar aos municípios parceiros, de alguns itens do referido convênio. Entre as mudanças do novo termo do convênio, a título da implantação de um sistema de bonificação aos agentes promotores do microcrédito produtivo, o Estado passou a responsabilizar integralmente os municípios pelas inadimplências. Considerando que a participação dos municípios no fundo para empréstimos é de 10% (dez por cento), e que o estado aporta 90% dos recursos, o GT Desenvolvimento Econômico encaminhou no ano de 2014, ofícios aos representantes do Governo do Estado solicitando a devida proporcionalidade no cumprimento da inadimplência, bem como a inclusão de um representante dos municípios na Coordenação do Banco do Povo Paulista (BPP), porém ainda sem resposta. Nesse sentido, reitera-se que os municípios não realizem a renovação dos convênios na presente condição. Deliberação: os prefeitos deliberaram pela suspensão das renovações até que estas questões sejam resolvidas. Determinam ao GT Trabalho e Renda solicitar reunião com os novos responsáveis do Governo do Estado pelo Banco do Povo para esclarecimentos e respostas às propostas e considerações apresentadas pelos municípios.

2. Repasses dos municípios ao Consórcio – informamos que os assessores regionais estão recebendo um ofício com a atualização de pendências nos repasses de cada município, com a exceção dos municípios adimplentes, casos de São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul.

3. Assembleia Extraordinária com Ministro da Educação, Cid Gomes, no dia 09 de março, às 15h, no Consórcio – o encontro deve se concentrar em pauta exclusivamente de educação na região, com a participação da UFABC e da Agência de Desenvolvimento Econômico do Grande ABC. O GT Educação vem se reunindo para discutir os principais pontos regionais e elaborar um documento com as demandas de cada município, envolvendo itens como creches, ensino profissionalizante e PRONATEC, entre outros.

ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, o Presidente deu por cumprida a ordem do dia e encerrou a Assembleia Geral, às 12h, cuja ata, após lida e achada conforme, vai assinada pelos Excelentíssimos Senhores Prefeitos. Eu, Luis Paulo Bresciani, Secretário Executivo do Consórcio, digitei, conferi e assino abaixo. -.-.-.-.-
Região do Grande ABC, em 02 de março de 2015.

Prefeitos signatários, presentes na 60ª Assembleia Geral Ordinária.

LUIS GABRIEL FERNANDES DA SILVEIRA
PRESIDENTE
Prefeito do Município de Rio Grande da Serra

LUIZ MARINHO
VICE-PRESIDENTE
Prefeito do Município de São Bernardo do Campo

CARLOS ALBERTO GRANA
Prefeito do Município de Santo André

PAULO NUNES PINHEIRO
Prefeito do Município de São Caetano do Sul

LAURO MICHELS SOBRINHO
Prefeito do Município de Diadema

DONISETE BRAGA
Prefeito do Município de Mauá

SAULO MARIZ BENEVIDES
Prefeito do Município de Ribeirão Pires

LUIS PAULO BRESCIANI
Secretário Executivo da Presidência

Nota: Abaixo da linha supra não fazem parte quaisquer termos constantes na Ata da 60ª Assembleia Geral Ordinária do Consórcio Intermunicipal Grande ABC.